

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**INDÚSTRIA EXTRATIVA DE SÃO TOMÉ: UMA  
ABORDAGEM SOBRE A PERSPECTIVA DA ERA DE  
PETRÓLEO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

IURI DANILSON FERNANDES GOMES VIANA  
Matrícula nº 105127858

ORIENTADOR: Prof. Alexis Saludjian  
COORIENTADOR: Prof. Eduardo Pinto

DEZEMBRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**INDÚSTRIA EXTRATIVA DE SÃO TOMÉ: UMA  
ABORDAGEM SOBRE A PERSPECTIVA DA ERA DE  
PETRÓLEO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

---

IURI DANILSON FERNADES GOMES VIANA  
Matrícula nº 105127858

ORIENTADOR: Prof. Alexis Saludjian  
COORIENTADOR: Prof. Eduardo Pinto

DEZEMBRO 2013

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.*

Dedico esta monografia a minha família, especialmente a minha mãe e aos meus irmãosque acreditaram em mim e sempre me deram força e coragem para seguir em busca de meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Instituto de Economia/UFRJ e aos professores pela oportunidade de me proporcionar um excelente aprendizado em Ciências Econômicas.

Agradeço minha noiva Miriam, uma pessoa incrível que conheci e que escolhi para estar ao meu lado por resto da vida.

A meu orientador Prof. Alexis Saludjian, que se dispôs prontamente em me orientar, mostrando ao longo desse percurso o seu profissionalismo e conhecimento do tema abordado.

Aos meus amigos conterrâneos, Deonel, Diodotce, Jeldes, Léo, Sandro, Regina, Tayna dentre outros, pelo companheirismo e amizade.

Aos meus colegas e amigos da faculdade, em especial Alassana, Fábio, Thiago e André pela amizade, compreensão nas horas de estudos e pelos momentos legais vividos nesses bons anos da faculdade.

Agradeço ao Prof. Marcelo Paixão pela oportunidade de fazer parte da equipe do LAESER, em especial GT Educação que me proporcionaram momentos divertidos e ao mesmo tempo de muito profissionalismo.

Às demais pessoas, que contribuirão de forma direta ou indireta nesses longos anos da faculdade.

## RESUMO

Este trabalho pretende apontar se existem condições para o arquipélago de São Tomé e Príncipe se desenvolver a partir da exportação do petróleo. Recentemente, o país descobriu existência de jazidas de petróleo economicamente viável de ser explorado e comercializado, e com isso despertou interesse de diversas empresas petrolífera do mundo. Por outro lado, o povo de São de Tomé e Príncipe já começou a criar grande expectativa de um futuro melhor a partir das receitas e empregos que serão gerados pela produção de petróleo. De fato, pelo tamanho minúsculo deste país é possível sim, acreditar nessa expectativa porém, para obter êxitos é imprescindível que as Instituições ligadas aos assuntos do petróleo adotem medidas de gestão e fiscalização eficientes das receitas geradas a partir do petróleo, assim como, todas as etapas que antecedem.

It is this sense that the present work also aims to point out the measures that the Government is taking to ensure the best use for this hydrocarbon, and other measures that together can promote economic and social desenvolvimento the archipelago.

Este trabalho fornece uma visão preliminar sobre a economia de São Tomé e Príncipe e o rumo que o arquipélago poderá seguir com a exploração de petróleo, uma vez que a sua economia é frágil e bastante limitada.

## **ABSTRACT**

This paper aims to point out if there are conditions for the archipelago of Sao Tome and Principe develop from the export of oil. Recently, the country discovered the existence of economically viable oil deposits to be exploited and commercialized , and it sparked interest from several oil companies in the world . On the other hand, the people of Sao Tome and Principe already started to create great expectation of a better future from the revenue and jobs that will be generated by oil production. In fact ,due to the tiny size of the country, it is possible to believe that theses achievements will be reached but it is essential that the institutions linked to oil issues adopt measures for efficient management and revenues generated from oil control, as well as all preceding steps .

It is this sense that the present study also aims to evaluate what measures the Government is taking to ensure the best use for this hydrocarbon, and other measures which will together promote economic and social developmentof the archipelago.

This paper provides a preliminary view on the economy of Sao Tome and Principe and the direction that the archipelago may proceed with the exploration of oil, since its economy is fragile and quite limited .

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b> .....	13
I.1) A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE .....	13
<b>CAPÍTULO II – PANORAMA MUNDIAL DO MERCADO DE PETRÓLEO</b> .....	18
II.1) ASPECTOS TÉCNICOS .....	18
II.2) MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO E AS SUAS RESERVAS.....	20
II.3) CONDIÇÕES DE DEMANDA, OFERTA E AS OSCILAÇÕES DE PREÇO.....	21
II.4) PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO .....	24
II.4.1) ANGOLA.....	25
II.4.2) NIGÉRIA .....	27
II.4.3) GUINÉ EQUATORIAL .....	28
<b>CAPÍTULO III – SETOR DE PETRÓLEO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b> .....	31
III.1) PANORAMA FUTURO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	32
III.2) AGÊNCIA REGULADORA DE PETRÓLEO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE .....	34
III.2.1) ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA E A SUA LEGISLAÇÃO PETROLÍFERA	35
<b>CONCLUSÕES</b> .....	41
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	43
<b>APÊNDICE</b> .....	46
<b>ANEXO A</b> .....	47



<b>ANEXO B .....</b>	<b>48</b>
----------------------	-----------

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeia de valor do petróleo. ....	18
Figura 2 - Evolução do setor de petróleo em São Tomé e Príncipe.....	31
Figura 3 - Localização dos blocos de petróleo na Zona Económica Exclusiva.....	36
Figura 4 - -Instituições de setor de petróleo .....	38
Figura 5 - Organização do setor petrolífero.....	39

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Principais indicadores económicos de São Tomé e Príncipe .....	14
Quadro 2 - Balança de pagamentos(% PIB) de 2004-2013 .....	17
Quadro 3 - Evolução das reservas provadas de petróleo de 2002-2011 .....	21
Quadro 4 - Cinco principais países produtores, consumidores e reservas de petróleo do mundo .....	21
Quadro 5 - Oferta e demanda total de petróleo de acordo com preços médios no período de 2002-2011 .....	22
Quadro 6 - Oferta total de petróleo segundo os países de OPEP e não OPEP em 2011.....	22

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- PIB per Capita de São Tomé e Príncipe .....	15
Gráfico 2 – Comparação do PIB por 3 setores da economia referente aos anos de 2011 e 2009. ....	16

## **LISTA DE SIGLAS**

ANP STP: Agência Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe.

Autoridade: Governo de São Tomé e Príncipe

BCSTP: Banco Central de São Tomé e Príncipe

BP: Banco Central de Portugal

CPP: Modelo Contrato de Partilha e Produção

FMI: Fundo Monetário Internacional

IDE: Investimento Estrangeiro Direto

MRE: Ministério de Relações Exteriores do Brasil

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

STP: República Democrática de São Tomé e Príncipe

ZEE: Zona Econômica Exclusiva São e Príncipe

ZDC: Zona Desenvolvimento Conjunto entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria

## INTRODUÇÃO

O arquipélago de São Tomé e Príncipe (STP) é constituída por duas ilhas de origem vulcânica e algumas ilhotas correspondendo a uma superfície terrestre total de cerca de 1001 Km<sup>2</sup>. É um dos menores países do continente africano e está geograficamente situado a 300 Km da costa Ocidental de África, próximo a linha equador, no Golfo da Guiné. As duas ilhas se distam a 150 km uma da outra e estão inseridas no rifte da linha vulcânica dos Camarões. O relevo é muito acidentado, com altitudes que ultrapassam os mil metros, atingindo mesmo cerca de 2.024 m de altitude no pico de S. Tomé, o ponto mais alto do arquipélago. A capital do país é São Tomé e a língua oficial é Português, porém existem línguas locais (forro, angolar e lunguye).

STP possui uma economia pequena, com baixos rendimentos e marcados por deficiências estruturais significativas, é altamente vulnerável aos choques externos e dependentes das importações e de apoio internacional(FMI, 2012a).

Porém, o país localiza-se numa região rica em hidrocarbonetos, onde existem países produtores de petróleo (Angola, Nigéria, Guiné Equatorial e Gabão), e com isso, crescem as perspectivas da situação pode vir alterar-se futuramente, pois STP poderá se beneficiar dos rendimentos da sua exploração, apesar de a exploração e o aproveitamento deste recurso natural está condicionados por fatores de ordem técnica e riscos associados á exploração (ANP-STP, 2006).

O panorama da descoberta de petróleo já atraiu algum Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e isso tem estimulado o crescimento econômico em geral, todavia, o início da produção de petróleo não será uma realidade antes de 2015. As duas ilhas já garantiram alguns parceiros importantes para o desenvolvimento do país no processo de exploração de petróleo, entre eles estão o Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), além das reformas preconizadas em diferentes vertentes da economia, que constituem de antemão, a garantia fundamental de um aproveitamento racional dos recursos naturais e dos seus rendimentos.

“Para além dessas reformas, a adoção de uma política setorial para o petróleo e gás, é a condição sinequa non para um efetivo aproveitamento dos recursos existentes e a distribuição justa dos respectivos rendimentos. Uma política que corresponda à estratégia de desenvolvimento a curto, médio e mesmo longo prazo, alicerçada na

prática internacional da indústria e na experiência de muitos anos dos vários países produtores.”(ANP-STP, 2006, p.2)

## CAPÍTULO I – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

### I.1) A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

De acordo com o dado emitido pelo Banco Mundial, a população de STP foi estimada em 188.098 habitantes em 2012. Sendo que, a população urbana representou 63,31% do total da população e com uma taxa de crescimento urbano de 3,70%. A estrutura etária predominante da população foi de 15-64 anos, o que representou 54,95%. A expectativa de vida foi de 63 anos para homens e 66 anos para mulheres. Por sua vez, a taxa de alfabetização representou de 89,19% do total de população, sendo 93,85% para os homens e 84,75% para mulheres. O arquipélago encontra na 144ª posição (0,525 pontos) no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), valor esse que coloca São Tomé e Príncipe acima da média dos países africanos localizados na África Subsaariana, graças às mudanças contundentes que vem realizando nos últimos anos, beneficiando a toda população e a economia (BANCO MUNDIAL)<sup>1</sup>.

STP apresenta fragilidades macroeconômicas, estruturais e debilidades socioeconômicas bastante notáveis, e com isso o Governo do país assumiu como desafio prioritário a reversão desse quadro desfavorável embora o combate seja gradativa. O país também é vulnerável em relação aos choques exógenos, acompanhado da alta dependência da agricultura. Todavia, nos últimos anos o Governo Santomense tem recorrido a vários programas tais como Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) do FMI, Programa de Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) do FMI e do Banco Mundial, Programa Millennium Challenge Corporation (MCC). Por outro lado, as duas ilhas têm feito mudanças tais como a adoção de um regime de taxa câmbio fixa- uma paridade fixa convencional a moeda Euro, com propósito de ancorar as expectativas inflacionárias e estimular o crescimento econômico. Este foi um acordo feito com Portugal que disponibilizou uma linha de crédito (se necessário) e por fim, o Programa Facilidade Estendida de Créditos (ECF) do FMI é outro programa em que S. Tomé e Príncipe faz parte. Esses programas proporcionaram um quadro para a aplicação de políticas que visam manter a credibilidade da paridade cambial. Em 2011, as Autoridades Santomenses fizeram políticas públicas que contribuíram para melhorias nas infraestruturas básicas e na garantia de um suprimento ininterrupto de energia, de forma a garantir um clima favorável de investimento. O Banco

---

<sup>1</sup>Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/saotome> Acesso em 18/11/2013

Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) instituiu em 2010, um quadro de gestão de liquidez e começou a monitorar as condições de liquidez no sistema bancário, assim como estudou uma proposta para a introdução de letras ou bilhetes do Banco Central como instrumento de gestão da liquidez. O Governo apresentou à Assembleia Nacional um projeto de lei que esclarece as responsabilidades institucionais pela gestão da dívida pública(FMI, 2012a).

Diante das transformações ocorridas, a economia de santomense tem havido certos progressos. O quadro abaixo apresenta os principais indicadores macroeconômicos de São Tomé e Príncipe.

Quadro 1: Principais Indicadores Económicos de São Tomé e Príncipe.

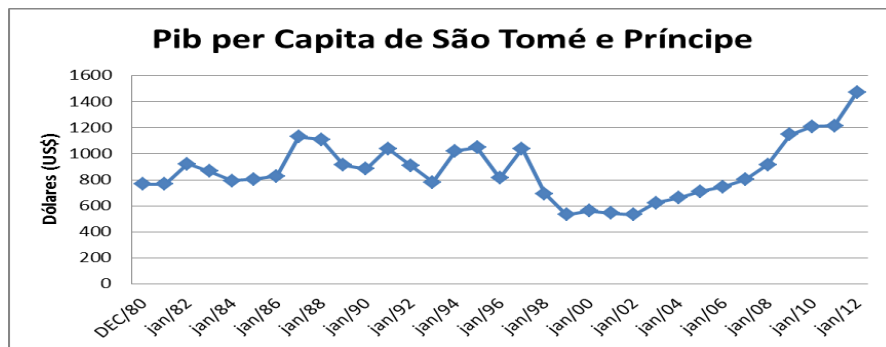
Indicadores	2002 Efet.	2003 Efet.	2004 Efet.	2005 Efet.	2006 Efet.	2007 Efet.	2008 Est.	2009 Est.	2010 Est.	2011 Est.	2012 Prog.	2013 Prog.
PIB real( %)	4.1	4.0	3.8	5.4	6.7	6.0	5.8	4.0	4.5	4.9	4.5	5.5
Inflação (%)	9.2	9.6	13.9	17.8	23.1	18.6	32.0	16.1	12.9	11.9	8.0	6.0
Massa Monetária (%)	26.9	41.8	7.3	45.9	39.3	36.4	9.5	14.9	25.1	10.5	6.1	15.2
Saldo Bal.Corrente(% PIB)	-24,6	-20,2	-13,6	-18,7	-41,3	-30	-34,1	-23	-27,7	-27,4	-21,8	-23
Saldo Orçamental Global (% PIB)	-16,4	-17	-15,6	35.9	-13,9	120.5	16.6	-18	-10,4	-12	-6,8	-12,3
Saldo Primário Interno (% PIB)	_____	_____	_____	_____	_____	_____	-6,2	-8,1	-4,1	-3	-3,2	-3,1
Dívida Externa (% PIB)	359,5	333.5	331.6	289.2	289.9	103.4	62.5	69.2	78.8	74,9	_____	_____

Fonte: Banco de Portugal. Elaboração própria.

O presente quadro mostra que no período de 2005-2008 foi o período mais próspero da economia de São Tomé e Príncipe, pois se registrou crescimento médio próximo de 6% ao ano impulsionado pelo setor de turismo, porém nos anos seguintes houve um afrouxamento devido ao impacto da crise financeira nos EUA que ocorreu no final de 2008. Detentor de uma economia pequena e dependente das outras economias, o país viveu os efeitos da crise que comprometeram os projetos de investimentos com financiamentos externos, fazendo diminuir a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real. Todavia, o quadro aponta para uma recuperação tímida da economia santomense após a crise, com PIB real projetado em 5,5% para o ano de 2013. Ao contrário do PIB real, no mesmo período a inflação viveu a sua maior alta, que chegou a atingir 32% em 2008, resultado da crise alimentar mundial ocorrida entre ano 2007-2008 que provocou fortes repercussões negativas na economia de STP. Contudo, esse indicador vem diminuindo, principalmente após o BCSTP em 2010 ter adotado um regime de câmbio fixo a moeda euro, e para os anos de 2012 e 2013 a inflação ficou projetada na casa de um dígito. Aliado a isso, houve um forte agravamento do déficit de

saldo primário em 2009, devido às despesas de investimentos financiadas pelo tesouro, contudo nos anos seguintes o déficit diminuiu em detrimento do aumento da arrecadação, assim como, também vem diminuindo desde 2002 a dívida externa, diminuindo “dependência” de São Tomé e Príncipe em relação aos seus credores. O saldo da balança corrente é obviamente negativo, por conta da economia ser estruturalmente desajustada e pela alta dependência das importações, enquanto isso, as receitas fiscais subiram dois pontos percentuais do PIB após algumas reformas que permitiram pagamentos em atrasos de impostos sobre combustíveis pela empresa de importação de combustíveis. A recuperação da economia santomense está sendo impulsionado pelos setores de construção, turismo e da agricultura. E cada vez mais o PIB per capita vem espelhando o tal crescimento, principalmente a partir da década 2000, como mostra o quadro abaixo.

Gráfico 1: PIB per Capita de São Tomé e Príncipe.



Fonte: Banco Mundial e Trading Economics. Elaboração própria.

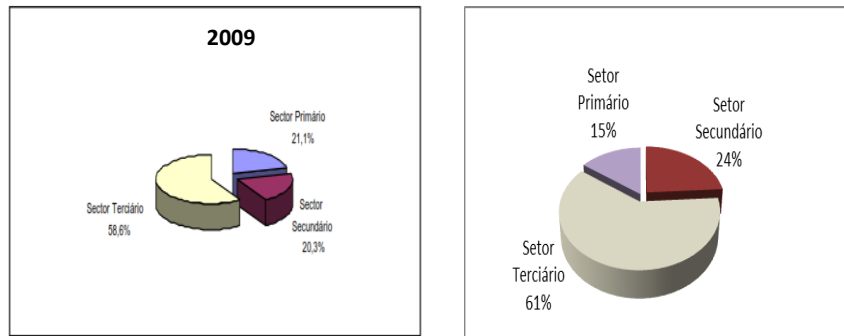
No entanto, o seu ritmo de recuperação está sujeito a riscos decorrentes das persistentes dificuldades financeiras na Europa. Uma recessão prolongada na Europa (e especialmente em Portugal) provavelmente travaria o crescimento em STP por causa do seu impacto sobre o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), pois os principais IDE's vêm da Europa (principalmente de Portugal) e África (principalmente Angola), assim como o turismo e as remessas ficariam condicionadas a tais dificuldades (FMI, 2012b).

Foi o que aconteceu no segundo trimestre de 2012 quando a inflação voltou a subir, refletindo essencialmente as dificuldades surgidas com a produção e a distribuição internas de bens alimentares básicos. Este período foi também marcado por uma alteração das



condições monetárias, com uma expansão mais acelerada do crédito interno e da liquidez, em paralelo, com uma deterioração das reservas cambiais, embora esta tenha sido posteriormente revertida, de acordo com dados preliminares (BP, 2012). O gráfico abaixo faz uma comparação do PIB por setores da economia santomense referente aos anos de 2009 e 2011.

Gráfico 2: Comparação do PIB por 3 setores da economia referente aos anos de 2011 e 2009.



Fontes: RDSTP, 2009; MRE, 2012. Elaboração própria.

O setor primário liderado pela agricultura de cacau responsável pelo menos por 43,6% das exportações constituiu a base da economia de STP em 2011 de acordo com dados da figura do lado direito. Por seu turno, a atividade principal do setor secundário limita-se a indústria agro-alimentar representada pelas empresas públicas ou mistas de primeira transformação como cervejaria, tratamento de peixe, produção de óleo de palma, blocos/tijolos e tipografia. E por fim o setor terciário liderado por turismo é o setor que tem maior representação do PIB com 58,6% e 61% em 2009 e 2011 respectivamente, o que reitera o forte potencial turístico que as duas ilhas sempre apresentaram, e as Autoridades Santomenses já se aperceberam deste fato (MRE, 2012).

Quanto a sua conta externa, o comportamento da balança de pagamento de STP é tradicionalmente marcado por extrema dependência à ajuda do exterior e ao IDE que são as bases responsáveis que sustentam o volume de importações relativamente elevado. No entanto, na iminência da produção de petróleo a partir de 2015, o tal comportamento poderá conhecer alterações significativas em médio prazo (BP, 2012).

O saldo da balança comercial ao longo da década 2000 tem sido sempre negativo, justificado pelo fato que o país importa mais do que exporta, como mostra abaixo o quadro 2. A exportação é altamente concentrada em agricultura de cacau, por sua vez, a importação é

constituída por bens com alto valor agregado, dentre eles destacam-se produtos como géneros alimentícios e agrícolas, máquinas elétricas e mecânicas, combustíveis, automóveis, entre outros produtos. A importação teve um abrandamento em 2009, com 83,8 milhões de dólares (42,6% do PIB) de volume importado devido à crise externa, porém o volume de importação voltou a crescer nos anos seguintes. Mas, ainda sim ficou muito aquém do pior volume registrado no ano de 2004 quando foi de 36 milhões de dólares (33,2% do PIB). Por outro lado, a atividade turística entre 2004 e 2005 contribuiu com 11,8% e 11,5% do PIB, no entanto, nos anos seguintes sofreu uma queda considerável, passando a contribuir apenas na casa de um dígito. Por fim, as remessas de dinheiro enviando pelos santomenses que vivem no exterior constituem a base das transferências unilaterais.

Entre 2009 e 2011, o crescimento da atividade turística teve um aumento de 81% em termos nominais com o aumento da capacidade hoteleira e das ligações aéreas internacionais. Outro ponto de destaque observado na balança de pagamentos fica por conta de bônus de assinatura de contratos petrolíferos que país contabilizou em 2011, o fato que não acontecia desde 2007. Esse bônus é o registro do valor relativo à prospecção na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), (BP,2012).

Quadro 2: Balança de Pagamentos (% PIB) de 2004-2013.

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Efet.	Efet.	Efet.	Efet.	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Prog.
<b>Balança Corrente</b>	-13,6	-18,7	-41,3	-30	-34,1	-23	-27,7	-27,4	-21,8	-23
Balança Comercial	-29,9	-32,4	-50,2	-41,4	-46	-37,9	-46,2	-42,1	-39,8	-35,1
Exportações	3,3	2,9	5,4	4,7	6,6	4,7	5,4	4,3	4,3	3,3
Importações	-33,2	-35,3	-55,6	-46,1	-52,5	-42,6	-51,6	-46,4	-44,1	-38,5
Serviços e Rendimentos	-6,9	-6,8	-17,3	-11,9	-14,7	-4,5	-5,9	-5,1	-7,3	-3,9
dq: Receitas do turismo	11,8	11,5	5,4	3,4	4,5	4,2	5,5	6,1	6,7	7,3
Transferência unilaterais	23,1	20,5	26,3	23,3	26,5	19,5	24,4	19,7	25,3	16,0
<b>Bal. de Capital e Financeira</b>	4,3	22,6	14,4	19,4	34,4	28,2	23,4	25,6	24,7	22,9
dq: Invest.Direto Estrang.	3,2	4,4	37,3	32,6	45,1	3,8	25,3	14,8	4,6	8,4
Bônus Petrolíf.	0,0	41,8	0,0	19,7	0,0	0,0	0,0	0,8	3,9	0,0
Alívio da Dívida	0,0	0,0	0,0	112,2	19,8	26,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Balança Global	-10,1	27,7	-9	8,2	-10,9	5,2	-4,2	-1,8	2,8	-0,2

Fonte: Banco de Portugal. Elaboração própria.

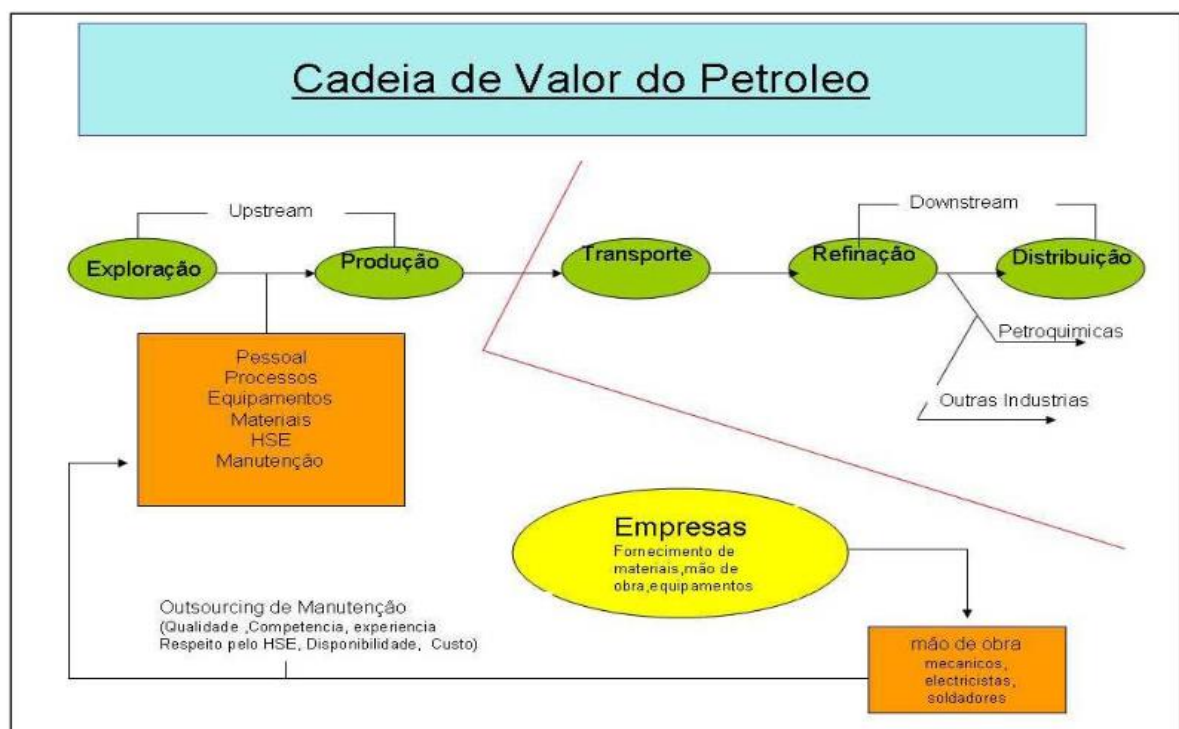
## CAPÍTULO II – PANORAMA MUNDIAL DO MERCADO DE PETRÓLEO

Este capítulo pretende apresentar a situação da reserva, demanda e oferta mundial do petróleo, assim como mostrará a definição do preço de barril de petróleo. O capítulo irá também mostrar exemplos de alguns países africanos produtores petróleo que tem este recurso como o principal elemento da economia. Para tal, o capítulo encontra estruturado em quatro seções e três subseções.

### II.1) ASPECTOS TÉCNICOS

O petróleo por ser um recurso natural esgotável, sofre pressões ligadas a sustentabilidade de sua oferta no longo prazo desde começo da formação de sua indústria. A indústria do petróleo é constituída por diferentes etapas técnicas, através das quais é possível realizar desde a identificação do petróleo bruto no subsolo, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a refinação, até estar disponível em diferentes derivados para que os milhões de consumidores possam se beneficiar. A figura 1 apresenta sequência lógica das etapas que compõem a indústria mundial do petróleo.

Figura 1: Cadeia de Valor do Petróleo



Fonte: Governo de São Tomé e Príncipe Mundi Serviços, 2007; p.14.

É importante referir que o conceito de cadeia de valor presente neste documento contempla uma desagregação das atividades do setor em atividades primárias e de suporte numa perspectiva alargada, incluindo o conjunto de atividades adjacentes que gravitam em “redor do setor petrolífero” e onde também se poderão descortinar excelentes oportunidades para o setor empresarial São-Tomense. Importa também referir que a cadeia de valor do petróleo deve igualmente integrar, em termos temporais, valor antes da exploração do petróleo, bem como após. Nesta última perspectiva e, em termos temporais, pode-se igualmente construir uma cadeia de valor mais alargada (GOVERNO DE STP; MUNDI SERVIÇOS, 2007).

Na fase da exploração do petróleo é a fase de pesquisar, identificar e quantificar novas reservas da existência de jazidas de hidrocarbonetos na crosta terrestre.

“Nessa primeira etapa, a geologia do petróleo se ocupa principalmente de reconstituir a arquitetura da bacia sedimentar, verificar a composição e a estrutura das camadas rochosas, analisando as litológicas, as estruturas e todas outras condições que induzam à existência de um reservatório de petróleo.” (VERA CRUZ, 2011, p.14)

A partir dos estudos realizados desta fase, concluirá se existe a viabilidade da perfuração. E logo após a confirmação, a fase de desenvolvimento abordará e definirá os recursos necessários para a produção de forma a maximizarem a rentabilidade da reserva provada de petróleo. Portanto, nesta fase consiste em importantes estudos pormenorizados das condições de jazidas de petróleo, a sua delimitação, a perfuração de vários poços de desenvolvimento, a colocação de equipamentos como, por exemplo, as plataformas de produção no caso offshore e a preparação de todas as condições que garantam o início da produção de petróleo. E por último inicia à fase de produção, que é a fase de extrair o petróleo com intuito de maximizar a sua vida útil. Após isso, na fase pós produção de petróleo consiste em todas as atividades para dar suporte na continuação das etapas anteriores, tais como o transporte, a refinação, a distribuição e aexportação de petróleo visando dar sustentabilidade a economia, no caso à economia São-Tomense no pós-petróleo. Portanto, todas as fases citadas acima envolvem altos custos associados, e que por isso é importantes estudos detalhados sejam feitos, pois permitem um procedimento rigoroso desde início, de forma a garantir melhor aproveitamento na exploração e produção de petróleo.

Para o Bret-Rouzautt e Favennec (2011, apud Flor, 2012), as tomadas de decisões de investimento na indústria petrolífera são de extrema importância no processo de sucesso do projeto, e tendo como critérios de avaliação o Valor Presente Líquido e a Taxa Interna de Retorno, além disso, os tomadores de decisões costumam a destacar o risco da taxa de desconto dos projetos como determinante nas suas escolhas, pois uma vez que quanto mais elevada for, menor é a possibilidade de serem rentáveis. Vale apenas destacar também que é importante que a mão de obra no campo de exploração e produção de petróleo seja qualificada, pois garantem a qualidade nos estudos desenvolvidos no setor. Existem hoje em diferentes países produtores de petróleo, programas de formação de recursos humanos voltado por setor petrolífero.

## II.2) MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO E AS SUAS RESERVAS

As reservas provadas mundiais de petróleo atingiram um patamar de 1,65 trilhões no ano de 2011, registrando assim um aumento de 1,88% em relação ao ano anterior. De acordo com a quadro 3, a região de Oriente Médio é a que concentra a maior parte das reservas mundiais de petróleo com um registro de 795 bilhões de barris no ano de 2011, um aumento de 3,84% em relação ao ano de 2010, ou seja, a reserva desta região representa 48% do total, destacando Arábia Saudita, Irã, Kuwait e Iraque como as principais reservas desta região. Este último país teve um acréscimo de 24,43% das reservas em 2011. A seguir estão as regiões das Américas Central e do Sul com 20% das reservas mundiais, e por sua vez, a região da Ásia-Pacífico é a que representa maior queda em reservas com 1,06%, impulsionada pela queda da Índia e da Indonésia. No ranking dos países com o maior volume em reservas petrolíferas, a Venezuela continua liderando com 296,5 bilhões de barris, 17,94% do total após ultrapassar a Arábia Saudita em 2010, que possui 265,4 bilhões de barris, seguido de Canadá, Irã e Iraque, como mostra no quadro 4.

Quadro 3: Evolução das reservas provadas de petróleo de 2002-2011

Regiões Geográficas	Reservas Provadas de Petróleo (bilhões de barris)										2011(Em Percentagem)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
América do Norte	228,3	225,8	224,1	224,1	222,1	221,5	216,5	218,6	217,8	217,5	13%
Américas Central e do Sul	100,1	100,2	103,2	103,4	111,4	123,5	198,9	237,5	324,7	325,4	20%
Europa e ex-União Soviética	109,9	115,6	114,5	115,7	115,5	137,5	136,5	136,8	139,5	141,1	9%
Oriente Médio	741,3	745,7	750,1	755,5	755,9	754,9	753,7	752,8	765,6	795,0	48%
África	101,7	112,3	113,7	117,6	118,9	126,9	128,1	130,3	132,7	132,4	8%
Ásia-Pacífico	40,6	40,5	40,6	40,7	40,8	40,2	41,8	42,2	41,7	41,3	2%
Total	1321,9	1340,0	1346,2	1357,0	1346,5	1404,5	1475,4	1518,2	1622,1	1652,6	100%
Total OPEP	903,3	912,1	918,8	927,8	936,1	954,0	1028,8	1068,6	1167,3	1196,3	72,39%
Total não OPEP	418,6	428,0	427,4	429,2	428,4	450,5	446,6	449,5	454,7	456,3	27,61%

Fonte: ANP-BRASIL, 2012. Elaboração própria.

Quadro 4: Cinco principais países produtores, consumidores e reservas de petróleo do mundo

Reservas Provadas de Petróleo de Principais Países em 2011.			Principais Países Produtores de Petróleo em 2011.			Principais Países Consumidores de Petróleo em 2011.		
Países	Bilhões de barris	Total (%)	Países	Mil barris/dia	Total (%)	Países	Mil barris/dia	Total (%)
Venezuela	296,5	17,94%	Arábia Saudita	11.161	13,35%	EUA	18.835	48,75%
Arábia Saudita	265,4	16,06%	Rússia	10.280	12,30%	China	9.251	23,94%
Canadá	175,2	10,60%	EUA	7.841	9,38%	Japão	4.413	11,42%
Irã	151,2	9,15%	Irã	4.321	5,17%	Índia	3.332	8,62%
Iraque	143,1	8,66%	China	4.090	4,89%	Rússia	2.961	7,27%
Total	1031,4	62,41%	Total	37.693	45,09%	Total	38.635	100,00%

Fonte: ANP-BRASIL, 2012. Elaboração própria.

Para o grupo de países da Costa Ocidental de África (Angola, Congo Brazaville, Gabão, Guiné Equatorial e Nigéria) as reservas provadas de petróleo não alteraram em 2011 e mantiveram em 58 bilhões de barris registrado em 2010. Essa reserva corresponde aos 43,81% do total dos países africanos que possuem petróleo. Porém, com as descobertas de jazidas de petróleo na ZEE de São Tomé e Príncipe e na Zona de Desenvolvimento Conjunto com a Nigéria (ZDC), as reservas deverão aumentar nessa região.

### II.3) CONDIÇÕES DE DEMANDA, OFERTA E AS OSCILAÇÕES DE PREÇO

Quanto a sua oferta, a produção em 2011 aumentou 1,33% em relação a 2010 e o volume de petróleo produzido mundialmente passou de 82,5 milhões de barris/dia para 83,6 milhões de barris/dia. Desse total, os países membros da Organização dos Países

Exportadores de Petróleo (OPEP) atingiram a produção 35,83 milhões de barris/dia, um aumento de 3,1%, o que representou 42,9% da produção mundial, enquanto que, os países que não fazem parte da OPEP alcançaram uma produção de 47,74 milhões barris/dia, um aumento de 0,04%, 57,1% da produção mundial como vemos nos quadros 5 e 6. Entre os principais países produtores de petróleo estão Arábia Saudita com 11,2 milhões de barris/dia ou 13,35% do total mundial, a Rússia com 10,3 milhões de barris/dia, 12,30% do total mundial, seguida de Estados Unidos e Irã, como descrito no quadro 4. Para o grupo de países da Costa Ocidental de África (Angola, Congo Brazaville, Gabão, Guiné Equatorial e Nigéria) a produção foi de 5,2 milhões de barris/dia em 2010 contra 4,9 milhões de barris/dia em 2011, queda de 3,07%.

Quadro 5: Oferta e demanda total de petróleo de acordo preços médios no período de 2002-2011.

Anos	Preços Médios WTI (US\$/barris)	Preços Médios Brent (US\$/barris)	Oferta Total (mil barris/dia)	Demanda Total (mil barris/dia)	Assimetria (Oferta Total-Demanda Total)
2002	26,09	24,98	74.492	78.127	4,88%
2003	31,11	28,84	76.859	79.685	3,68%
2004	41,42	38,21	80.359	82.746	2,97%
2005	56,50	54,42	81.391	83.925	3,11%
2006	66,01	65,03	81.689	84.873	3,90%
2007	72,26	72,52	81.729	86.320	5,62%
2008	98,58	99,04	82.336	85.769	4,17%
2009	61,90	61,67	80.731	84.631	4,83%
2010	78,97	79,04	82.481	87.439	6,01%
2011	94,84	111,38	83.576	88.034	5,33%

Fonte: ANP-BRASIL, 2012. Elaboração própria.

Quadro 6: Oferta total de petróleo segundo os países de OPEP e não OPEP em 2011.

Oferta Total (%)	
Total OPEP	42,87%
Total não OPEP	57,13%

Fonte: ANP-BRASIL, 2012. Elaboração própria.

Por sua vez, a demanda por consumo de petróleo cresce de forma consistente desde 1980, no ano de 2011 o consumo mundial de petróleo foi de 88 milhões de barris/dia, 0,7% superior ao ano passado. O principal consumo foi da região Ásia-Pacífico com mais de 28 milhões/dia (32,1% do total), depois seguiu a região da América do Norte com 23,2 milhões barris/dia (26,3% do total), acompanhados das regiões da Europa e a ex-União Soviética, Oriente Médio, Américas Central e do Sul, e por fim a região da África. Este último teve seu consumo reduzido, passando de 3,38 milhões de barris/dia para 3,34 milhões barris/dia, ou seja, o consumo reduziu em 1,20% em 2011, (Apêndice). O consumo elevado na região Ásia-Pacífico se deve a 9,8 milhões de barris/dia consumido pela China, seguido do Japão com 4,42 milhões de barris/dia. Mas no ranking mundial dos 5 principais consumidores a China encontra atrás dos Estados Unidos que tem mais de 18 mil barris/dia, completando ainda a lista a Índia e a Rússia. Portanto, como podemos observarmos no quadro 5, a demanda total tem sido sistematicamente superior a oferta total, e em 2011 essa superioridade foi mais de 5,30% totalizando um consumo de 88 milhões de barris/dia contra produção 83,66 milhões barris/dia.

Quanto ao preço de petróleo em 2011, o tipo West Texas Intermediate (WTI) é conhecido por ser mais leve e, por isso, o processo de refinação é mais fácil (menos demorado). A sua cotação ficou em média anual por US\$ 94,84/barril, enquanto que o tipo Brent que tem um processo de refinação mais demorado por ser mais pesado, ficou cotado em US\$ 111,38/barril. A alta de preço de petróleo tipo Brent, cerca de US\$ 16,54/barril (14,85%) mais alto que o tipo WTI, é devido a sua escassez, e por isso seu preço disparou em relação a tipo WTI, porém existem outros fatores que influenciam nos preços, como a situação geopolítica de países produtores, como por exemplo, o caso dos países árabes, (ANP-BRASIL, 2012).

O WTI é produzido principalmente no Golfo México e é comercializado na Bolsa de Nova York, já o Brent se origina principalmente do Mar do Norte e do Oriente Médio e é cotado na Bolsa de Valores de Londres.

Segundo Arouri e Rault (2009), a oscilação do preço internacional de petróleo tem influências significativas sobre as atividades econômicas de países desenvolvidos e emergentes. O motivo disso, é que tais oscilações afetam o valor das ações no mercado, que por sua vez, é igual à soma dos fluxos de caixa futuros esperados. Assim, o aumento no preço



internacional petróleo acarretará o encarecimento dos produtos derivados, como óleo combustível e o diesel. Esses derivados constituem insumos importantes para funcionamento, produção e desenvolvimento das maiorias atividades econômicas, e por isso a oscilação nos preços afeta o índice de inflação, a taxa de juros e o produto interno das diferentes nações.

Quanto à formação do seu preço internacional, o mercado de petróleo apresenta características diferentes do mercado de concorrência perfeita. Este último, os seus preços tendem a convergir para custos marginais e sinalizam poucas distorções o surgimento de desequilíbrios entre a oferta e a demanda. Tais sinalizações permitiriam ajustes de desequilíbrios no curto e longo prazo. Por sua vez, no mercado de petróleo existem vários participantes, mas estão concentrados em determinados segmentos dos mercados. O Oriente Médio é responsável por 33,13% do total da oferta de petróleo e a OPEP com 42,87%. Sendo assim, a dinâmica atual na formação do preço internacional de petróleo foca na ideia central que a indústria petrolífera mundial deve ser entendida sob a ótica da relação de forças existentes entre os agentes neles atuantes. Tal relação predomina sobre as relações internacionais, econômicas e políticas, todavia, o resultado da formação do preço do petróleo fica aquém do simples balanço entre oferta e a demanda, e se dá mais pelos interesses e objetivos dos agentes dominantes deste mercado (SOUZA, 2006).

#### II.4) PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO

Não é difícil de constatar que as maiorias dos países que possuem abundantes recursos naturais e conseqüentemente detentores de avultados recursos financeiros encontram-se entre os mais pobres do mundo ou coabitam com imensas bolsas de pobreza e ocupam os últimos lugares no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O petróleo é um destes recursos que implica um complexo fluxo de capitais que proporcionam oportunidades acrescidas, gerando recursos pecuniários volumosos, objeto de estratégias extremamente afinadas e que ultrapassam as fronteiras de um país. Também pode levar a corrupção, desvios e apropriação individuais de recursos destinados a todo o povo além da má utilização e desperdício do mesmo. Portando, a boa gerência dos recursos de petróleo pode ser um caminho para que um país crie condições para desenvolver e melhorar a sua economia, mas não é uma condição obrigatoriamente necessária.

É neste sentido que essa seção pretende abordar os impactos (negativos e positivos) da indústria petrolífera na promoção do desenvolvimento socioeconômico países emergentes, com ênfase aos países na região da Costa Ocidental de África, como a Nigéria, Angola e Guiné Equatorial de forma São Tomé e Príncipe possa aproveitar os exemplos dos países vizinhos.

#### II.4.1) ANGOLA

O início da exploração de petróleo em Angola foi em 1910, no séc. XX, apesar dos portugueses ainda no séc. XVIII tomarem conhecimentos sobre a existência de petróleo pelos boatos feitos pelas populações indígenas de diversas zonas do território de algumas regiões do litoral de Angola. A partir de então, houve um papel crescente da importância do petróleo na economia política de Angola que influenciou no aspecto econômico e também no desfecho da guerra civil que foi vivida por quase três décadas. Com o fim da guerra civil e consequentemente o alcance da paz em 2002, a produção de petróleo assume de forma mais efetiva o seu papel preponderante para o desenvolvimento econômico e social do país no pós-guerra, tendo em conta que houve um aumento na produção nacional de petróleo, seguido das altas de preço de barril de petróleo no mercado internacional. A SONANGOL é atualmente a única concessionária nacional no país no setor petróleo, criada em 1976, que tem como principal objetivo garantir máximo de benefícios ao Estado.

“O setor petrolífero tem sido a indústria mais ativa em Angola, operando com sucesso e atraindo o investimento estrangeiro durante décadas. As receitas do petróleo continuam a representar uma parte significativa do PIB e das receitas do Estado. O setor procura ainda, continuar a uniformizar acordos futuros, fortalecer e clarificar o papel dos diversos intervenientes da indústria. Razão pela qual o Governo procurar garantir que o regime jurídico confira estabilidade suficiente aos contratos existentes para continuar atrair investimento estrangeiro no sector e no país em geral [...], o Estado angolano está fortemente dependente dessa indústria, pois cerca de 80 a 90% da sua receita fiscal e mais de 90% das suas exportações tem origem nesse setor.” (WALTER, 2007, p.18).

Em 2011, Angola foi a segunda maior reserva e produtora de petróleo na África Subsaariana, com uma reserva de 13,5 bilhões de barris e a produção de 1,7 milhões de barris/dia respetivamente, ficando atrás apenas da Nigéria (ANP-BRASIL, 2012).

Contudo, a indústria petrolífera ainda emprega poucos empregos no sentido pretendido pelo Princípio de Angolanização (o processo que visa não só substituir

profissionais estrangeiros por nacionais nas empresas privadas, como também melhorar as condições sociais dos mesmos). O setor ainda sofre com problemas como: falta de infra-estruturas básicas e capacidade económica; os equipamentos na sua maioria são importados; há carência de profissionais angolanos qualificados. Este último tem feito o setor apostar na formação dos angolanos no exterior. A indústria de petróleo por se tornar o único setor dinâmico da economia angolana nas últimas décadas levou a economia angolana tornar-se altamente dependente deste recurso e com isso ficou exposta às fortes flutuações de preços de barril de petróleo. E para piorar, a tal dependência afetou os outros setores da economia ao ponto do Estado precisar recorrer às receitas provenientes do setor petrolífero para investir em outros setores da economia. Portanto, essa dependência tem sido o lado negativo da indústria petrolífera na economia angolana, pois toda a dinâmica da economia gira em torno dela, e isso é ruim porque o petróleo é um recurso não renovável, ou seja, é esgotável. Sendo assim, o ideal seria que as receitas provenientes de setor petrolífero estimulassem o desenvolvimento das outras áreas da economia de forma que elas pudessem depois criar a sua própria dinâmica, ou seja, a forma como tais receitas seriam usadas é importantíssimo para dinamizar e diversificar a receita do PIB do país. Outro ponto negativo da indústria de petróleo é um impacto negativo gerado ao meio ambiente. A autoridade angolana preocupada com isso criou a Lei Geral do Ambiente em 19 de Junho de 1998, que tem como objetivo realizar estudos sobre impacto ambiental. E também foi criado um Plano Nacional de Contingência que obriga as todas as empresas petrolíferas apresentarem um Plano de Impacto Ambiental, tendo o Ministério do Petróleo o órgão responsável para avaliar tais impactos, (WALTER, 2007).

O petróleo é um recurso que transmite para povo angolano a confiança, segurança e a tranquilidade de que no futuro a vida será melhor e que o país possa definitivamente alcançar o tão desejado crescimento e desenvolvimento económico, embora, ainda hoje a maior parte da população vive em situação de pobreza devido ao fato das receitas do petróleo ainda não ser compartilhada com a maioria da população, logo apenas uma elite da sociedade angolana saem beneficiada das receitas gerada por petróleo. A elite essa que costuma a ser os políticos corruptos e gananciosos que encontram no poder.

A economia angolana continua crescendo de forma estável, houve um aumento de IDE e das receitas do petróleo bruto, todavia, para que ela continue crescendo vai depender, sobretudo, a maneira como os próprios angolanos irão gerir os seus recursos naturais. Angola

tem hoje como os grandes desafios melhorar a cultura, educação, saúde, economia, tecnologia, preservação do ambiente, em termos políticos, melhorar a democracia e direitos humanos para que só assim alcance o desenvolvimento econômico e social tão desejado.

#### II.4.2) NIGÉRIA

A República Federal da Nigéria é o país mais populoso do continente africano com mais de 168 milhões de população de acordo com dados do Banco Mundial em 2012. O país é a 10ª reserva de petróleo e 12ª produtora de petróleo do mundo, e na África ela é a maior produtora de petróleo segundo (ANP BRASIL, 2012).

A receita de petróleo representa 80% do PIB, e já ultrapassaram US\$ 6 bilhões por ano, constituindo a principal receita da economia nigeriana, e os 90% das divisas é proveniente do petróleo. A Nigéria foi primeiro país africano a explorar petróleo, e é hoje uma das principais fornecedora de petróleo para a Europa Ocidental e aos Estados Unidos da América. A Nigéria apresenta muitas semelhanças em relação a Angola no que tange ao impacto da indústria petrolífera no desenvolvimento econômico e social, assim como, as riquezas naturais que nela possuem. Sendo assim, este recurso tornou-se o único setor dinâmico da economia, além de estimular outros setores da economia através dos recursos petrolíferos. No entanto, o país apesar de ter todas as condições para ser um dos países mais próspero da África, os recursos naturais tem enriquecido apenas uma parte da população, sendo que a sua maioria ainda continua na pobreza (NNANNA, 2006).

Assim como acontece em Angola, na Nigéria existem muitos políticos corruptos e gananciosos que estão no governo fazendo má gestão dos recursos naturais para se beneficiarem. Segundo o Banco Mundial, o PIB per capita foi de US\$ 2661 em 2012. Neste país atuam grandes empresas petrolíferas como a Royal Dutch Shell, ExxonMobil, Chevron-Texaco, Total, Elf e Agip que travam entre si uma guerra ecológica por onde instalaram as suas plataformas de petróleo. Há também registro que essas empresas atuam violando os direitos humanos, o caso das atividades da empresa Royal Dutch Shell na região Delta do Níger tem mostrado isso desde 1956, no ano em que a Shell iniciou a sua exploração, em 1958 a qualidade vida do povo desta região já tornaraprecária. Esta região por ser muita rica em recursos naturais e no ecossistema é considerado por muitas pessoas como sendo “a região da galinha dos ovos de ouro”, porém estaria sendo destruída gradativamente.

A exploração de petróleo nesta região não tem sido benéfico para população e principalmente para o meio ambiente, a “Green Peace” reconheceu desde que a Shell iniciou as operações no Delta do Níger, a população local, a comunidade vizinha e ao meio ambiente têm sido prejudicada por essas operações. A população já se apercebeu da destruição e tem clamado pela ajuda do governo, mas sem sucesso (NNANNA, 2006).

O caso de Delta do Níger é um exemplo claro da “maldição do petróleo”, pois o mesmo significou até então destruição, pobreza, fome, doença para população que lá se encontra ao invés causar prosperidade a esse povo. E para um país como Nigéria em que não há muita transparência, fiscalização, prestação de contas da classe dominante, o efeito da produção de petróleo tem sido negativo.

#### II.4.3) GUINÉ EQUATORIAL

A Guiné Equatorial é um estado insular com população estimada acima de 730 mil pessoas segundo Banco Mundial em 2012. É o terceiro maior produtor de petróleo na região da costa ocidental da África, ficando atrás apenas da Nigéria e a Angola, tem sido um dos países que mais tem crescido na África Subsaariana a partir das descobertas das reservas petrolíferas nos anos 90.

Deste modo, a produção de petróleo tornou se a principal atividade da economia equatoriana gerando emprego em diferente ramo da economia, e assim diminuiu a dependência financeira externa, todavia, toda a sociedade equatoriana não se beneficia da receita de petróleo. O “estouro” petrolífero e conseqüentemente o crescimento petrolífero resultou num aumento de controle político do governo sobre a oposição através das intimidações, coerções, exílios e prisões. O partido político da oposição acusa o governo de aproveitar os recursos gerados pelo petróleo para favorecer uma elite da sociedade e assim firmar o domínio dessa elite no poder (FRANCO, 2011).

Portanto, o impacto tem sido negativo nesse sentido, pois está gerando nepotismo, corrupção e principalmente marcado por uma “política de ventre” que transforma o setor público em domínio do privado, no caso o domínio do Presidente Teodoro ObiangNguema, seus familiares e aliados (FRANCO, 2011).

Graça a produção de petróleo houve um aumento de emprego e salário formal, o país aumentou o seu poder de impor os seus interesses políticos diante dos outros países, principalmente os países vizinhos, assim como delimitou a sua região marítima e reforçou na fiscalização. Aumentou também o número de emigrantes dos países vizinhos (São Tomé e Príncipe, Camarões, e dos países como China, EUA e Equador Nigéria). Atualmente, o país passa por grandes transformações nas áreas de infraestrutura (construção de rodovias, portos, aeroportos, prédios de escritórios, habitação, hospitais sociais e escolas) e na urbanização das principais cidades, (SERRANO, 2011).

A produção de petróleo subjaz todo esse processo de transformações que a Guiné Equatorial vive hoje, e produzirá grandes benefícios para economia e a população num futuro não muito distante, mas para isso a política de modernização adotada por Presidente Teodoro Obiang Nguema deve continuar na execução. Desta forma, “desde descoberta do petróleo na década de noventa, a Guiné vem crescendo a um ritmo imparável. O país que começou do zero, agora tem bons aeroportos, ótimas estradas de três faixas e grandes pontes [...]” (SERRANO, 2011, p.18, tradução nossa).

Embora a economia da Guiné Equatorial tenha crescido muito nos últimos anos, os indicadores sociais tem apresentado uma discrepância cada vez maior entre uma elite da sociedade e o restante da população. Assim sendo, “muitas vezes, os dados macroeconômicos são comparados aos indicadores sociais como Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD para informar que o crescimento econômico não se tornou em bem estar para a população. Em 2009, a Guiné Equatorial foi o país com a maior diferença entre o cargo ocupado pelo PIB per capita (US\$ 39) e seu IDH (117ª posição)” (SERRANO, 2011, p.21, tradução nossa).

Essa discrepância é o reflexo de carência de instituições/entidades que fiscalizam a gestão financeira pública para que possa efetivamente garantir um gasto prudente e eficiente da receita gerado pelo petróleo. A tal gestão deve ser transparente, com divulgações das informações sobre contratos de petróleo acessíveis para toda a sociedade, além de promover auditoria externas.

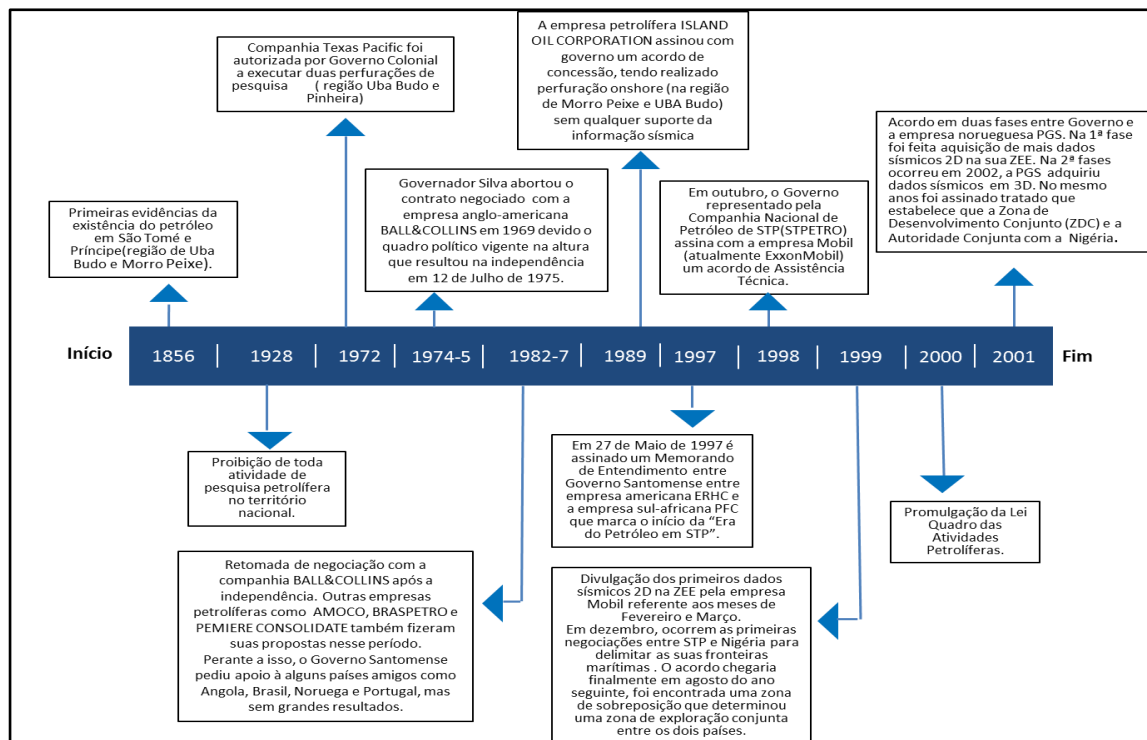
Portanto, uma vez que foram apresentados os efeitos (negativos ou positivos) da produção de petróleo da Guiné Equatorial, Nigéria e da Angola, São Tomé e Príncipe tem que, sobretudo, ter uma gestão transparente e fiscalizada dos recursos provenientes da receita

de petróleo, e também garantir que essa receita não seja usufruída por um grupo de pessoas gananciosas e corruptas, e sim seja usado para melhoria da vida da população. Além disso, espera-se que este recurso possa fomentar outros setores da economia de forma gerar mais empregos.

## CAPÍTULO III – SETOR DE PETRÓLEO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

De acordo com a figura 2, no século XIX, no ano de 1856, STP já apresentava os primeiros indícios da existência de petróleo na região de UbaBudo e Morro Peixe. No entanto, as primeiras perfurações aconteceram mais de um século depois em 1972, após a Companhia Texas Pacific ter sido autorizada pelo Governo Colonial. Após independência em 1975, a empresa petrolífera anglo-americana Ball&Collins retomou as negociações com o Governo que tinha sido suspendida. Também surgiram novos contratos de exploração de petróleo com as empresas petrolíferas Island Oil Corporation, a americana ERHC Energy em conjunto com a empresa PFC (atualmente PFC Energy), a Mobil (atualmente ExxonMobil) e a empresa norueguesa Petroleum Geo-Services (PGS), nos anos de 1989, 1997, 1998 e 2001 respetivamente. As duas últimas empresas foram responsáveis pela captação dos dados sísmicos em 2D e 3D. A figura abaixo apresenta o histórico da evolução do setor de petróleo das duas ilhas.

Figura 2: Evolução do Setor de Petróleo em São Tomé e Príncipe.



Fonte: PRAZERES, 2005. Elaboração própria.



Por outro lado, durante a evolução houve a necessidade de Governo Santomense de instituir órgãos de gestão e regulação de petróleo. Segundo Prazeres (2005) foram criados os seguintes órgãos:

- ✓ STPETRO (1997) - Companhia Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe e que foi revogada em 1999;
- ✓ Comissão Nacional de Petróleo (1999) revogada em 2002;
- ✓ Zona de Desenvolvimento Conjunto(2001) e a Autoridade Conjunta(2001);
- ✓ Conselho Nacional do Petróleo e o Gabinete Técnico (2002);
- ✓ Agência Nacional de Petróleo (2004), criado pelo decreto lei nº5/2004.

Atualmente ANP-STP é o órgão responsável por fiscalizar e regular todos os assuntos pertinentes à exploração de petróleo de STP. Na seção 3.2 vai ser abordado sobre o funcionamento a ANP-STP na gestão das atividades petrolíferas.

### III.1) PANORAMA FUTURO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A localização de STP no Golfo da Guiné é destacada por se encontrar uma região geo-estratégica e que tem ganhado espaço cada vez mais na produção mundial de petróleo. A evolução geológica na região offshore das duas ilhas tem apresentado características similares relação às regiões dos países vizinhos (Guiné Equatorial, Camarões, Gabão) que já produzem petróleo e que estão localizados no Golfo da Guiné (RAMOS; FERREIRA, 2008).

Com isso os cenários prospectivos do petróleo de STP sem dúvida estão atrelados as tais fatos, todavia, ainda não é possível definir com clareza os cenários prospectivos na ZEE, destarte, o ambiente dominante no momento são as incertezas e suposições. Para RDSTP (2008), as incertezas relacionadas com o caráter e a geometria das possíveis armadilhas fazem a ZEE ser mais arriscada do que os sedimentos a volta das águas profundas no offshore do Gabão e da Nigéria.

Neste sentido o Menezes (2005) apontou dois fatores que tem destacado o interesse de petróleo na região do Golfo da Guiné:

- ✓ O desenvolvimento tecnológico que permitiria a exploração de petróleo no offshore;
- ✓ Os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Ainda de acordo com o autor, a boa qualidade de petróleo na região e a sua localização geográfica favorável que facilita no transporte foram fatores que fizeram despertar interesses de grupos organizados, principalmente grupos oriundos dos EUA que defendem investimento para exploração de petróleo na região como medida de diminuir a dependência americana em relação aos fornecedores de Golfo Pérsico. STP possui três grandes províncias petrolíferas que se encontram na ZDC, ZEE e Onshore.

Dessa maneira, os estudos feitos apontaram que “as reservas potenciais de petróleo são suficientemente grandes para gerar resultados econômicos atrativos, pois superam os custos” (AUPEC apud VERA CRUZ, p.34). No entanto, a situação atual de petróleo de STP encontra na fase de exploração na sua ZEE com perspectiva que a sua extração seja rentável.

O relatório produzido por instituições internacionais que observam a situação do petróleo de STP citou “o que pode ser verificado no momento é que algumas das reservas existentes são extraíveis, e prevê-se que essas reservas podem render cerca de 10 bilhões de barris de petróleo”. (PNUD et al, 2007, p.33, tradução nossa).

Na medida em que o cenário para STP é incerto o Menezes (2005) descreve três cenários possíveis:

- (i) A pobreza de petróleo;
- (ii) O petróleo e o desenvolvimento sustentável;
- (iii) A riqueza do petróleo.

#### (i) A Pobreza de Petróleo

Neste cenário, as receitas de petróleo com a boa governança e a estabilidade política passariam a evoluir de forma negativa, assim como valores democráticos seria posto de lado. Por sua vez, os desvios de fundos patrimoniais e a fuga de capitais tornariam

constantes, não haveria investimentos nos setores sociais nem tampouco alocação das receitas do petróleo para o funcionamento do resto da economia e existiria ao menos 5% de população que tornaria muito ricos e passaria a constituir a poderosa elite do país.

#### (ii) O Petróleo e o Desenvolvimento Sustentável

O sucesso deste cenário seria marcado desde começo pela forma como seriam aplicadas as políticas e ações dos governantes zelando em primeiro lugar por eficiência e boa gestão das receitas de petróleo em prol da melhoria da vida da população e a sustentabilidade econômica futura do país. Desse modo, seria combatido a corrupção, ganância e egoísmo em prol do interesse da população e/ou da sociedade santomense.

#### (iii) A Riqueza do Petróleo

Por último, nesse cenário não seria nada mais que uma versão estendida do cenário “O Petróleo e o Desenvolvimento Sustentável”, com a única diferença é que 100% das receitas do petróleo seriam encaminhadas para contas externas geridas pelo Banco Central do país, e que por sua vez, o Banco Central seria submetido periodicamente às auditorias externas independentes, a fiscalização permanente e preventiva pelo tribunal de contas.

Portanto, mediante os cenários que foram apresentados, STP terá que criar condições para alcançar o último cenário que seria um cenário de “sonho” para população santomense e para sua economia, embora atualmente o país ainda não esteja preparado estruturalmente e politicamente para dar conta disso, mas o governo santomense já começou fazendo os esforços criando leis, consultorias, acordos e tratados para que a gestão das receitas de petróleo seja transparente. Na próxima seção será abordado o quadro geral da gestão das receitas do petróleo e toda a sua política pertinente.

### III.2) AGÊNCIA REGULADORA DE PETRÓLEO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ao longo da evolução da exploração de petróleo que vem decorrendo por décadas, o Governo Santomense criou alguns órgãos com intenção de regular e fiscalizar assuntos relacionados a petróleo. Atualmente existem dois principais órgãos reguladores das indústrias petrolíferas, a ANP-STP e Autoridade Conjunta. Sendo que a ANP-STP criado pelo

decreto-lei nº5/2004 de 30 de Junho de 2004, é um órgão público autónomo, com personalidade jurídica própria, tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O órgão tem como principal missão regular o setor da indústria de petróleo na ZEE, e também seguir as orientações do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) conforme o art. 2º no caput da desta lei, pois a CNP segundo decreto-lei nº3/2004 que estabelece a política geral para os hidrocarbonetos. As funções atribuídas e exercidas pela ANP-STP é sob a tutela do Ministro de responsável do setor petrolífero, ou seja, o ministro das infraestruturas e recursos naturais (atualmente ministério de recursos naturais, energia e meio ambiente) conforme mostra na figura 8. Enquanto que na ZDC com a Nigéria foi criado o órgão intitulado Autoridade Conjunta (2001) que também goza de personalidade jurídica própria, constituído por membros e das leis de cada país integrante, para desempenhar todo o papel relacionado à exploração de petróleo na ZDC.

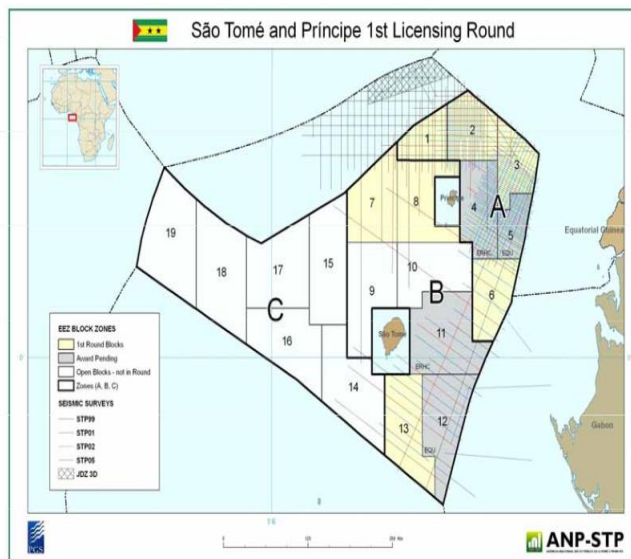
Desse modo, Prazeres (2005) diz que a ANP-STP tem várias atribuições entre os destaques estão: representar o Estado santomense mediante autorização do Governo os contratos de pesquisa e exploração de hidrocarbonetos, emitir pareceres sobre os estudos do impacto ambiental, estimular a pesquisa e adoção de novas tecnologias, realizar licitações públicas para concessão de blocos na ZEE e fiscalizar os contratos de pesquisa e exploração, bem como toda a atividade integrante da indústria petrolífera e aplicar sanções previstas nas leis, regulamentos ou contratos. Esse órgão é formado por quatro estruturas básicas:

- ✓ Conselho de Administração- órgão colegial responsável pela administração, gestão e controle da ANP-STP;
- ✓ Diretor Executivo—é o principal responsável para gerir e representar cotidianamente a ANP-STP;
- ✓ Departamentos – auxiliam o Diretor Executivo e é formado por Diretores (Jurídico, Económico, Técnico e Administração, e Relações Públicas);
- ✓ Serviços de Apoio.

### III.2.1) ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA E A SUA LEGISLAÇÃO PETROLÍFERA.

A ZEE tem uma superfície de aproximadamente 125.891 km<sup>2</sup> destinada para o leilão de blocos. Ela está dividida em três zonas de exploração petrolífera como mostra a figura abaixo

Figura 3: Localização de blocos de petróleo na Zona Econômica Exclusiva.



Zona A:6 Blocos (26. 165 km<sup>2</sup>)

Zona B:7 Blocos (50.004 km<sup>2</sup>)

Zona C:6 Blocos ( 49.722 Km<sup>2</sup>)

**19 Blocos (125.891 Km<sup>2</sup>)**

Fonte: PRAZERES, 2010

Em 2010 foi feita a primeira rodada de licenciamento de blocos petrolíferos da ZEE para empresas petrolíferas interessadas que teve seu início no dia 2 de Março e que terminaria inicialmente no dia 15 de Setembro, porém o término somente aconteceu no dia 15 de novembro. Foram licenciados blocos 1,2,3 e 6 da zona A e blocos 7, 8 e 13 da zona B, totalizando uma área de 37.171 Km<sup>2</sup> de 125.891km<sup>2</sup>, sendo que a empresa candidata poderia apresentar proposta para mais de um bloco, mas não poderia ser atribuída a totalidade de exploração nos dois blocos na mesma zona de produção conforme artigo 7º do Decreto-Lei nº52/2009,e uma vez aprovados seria concedido um Contrato de Partilha de Produção (CPP),(Ministério de Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente;ANP STP, 2010).

As empresas candidatas foram Afex Global, Force Petroleum, Grupo Gema SA, O.G. EngineeringSA, Oranto Petroleum e Overt Energy. Por enquanto o resultado do leilão divulgado até então apontou que a empresa Oranto Petroleum foi adjudicada para explorar o bloco nº 3 da zona A com uma superfície total de 4.228 km<sup>2</sup>(ANP STP, 2011).

As empresas petrolíferas ERHC e Equator Exploration beneficiaram do direito de preferência para exploração de petróleo fruto de um Memorando de Entendimento realizado em 1997 entre o Governo e a ERHC, renegociado em 2001 e 2003, e de um acordo de Opção de Exploração e Produção de 2001, renegociado em 2003 entre Governo e a empresa PGS, que por sua vez, a PGS concedeu essa preferência para a Equator Exploration que hoje se beneficia desta situação. Sendo assim, cada uma das empresas puderam escolher dois blocos

para exploração. A ERHC ficou com bloco 4 (zona A) e bloco 11 (zona B), enquanto que Equator Exploration ficou com bloco 5 (zona A) e bloco 11(zona B).

A Oranto Petroleum e a Equator Exploration assinou com ANP-STP um acordo de Contrato de Partilha de Produção válido por 28 anos e como efeito disso entrou para o cofre da Conta Nacional do Petróleo o valor de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares americanos) de cada empresa referente ao bônus de assinatura. O valor de bônus é definido em leilão, sendo que a empresa ganhadora é a que maior oferece esse valor. No caso de Equator Exploration esse valor se refere apenas ao acordo fechado para exploração de petróleo no bloco nº5, ficando ainda por chegar a um acordo referente ao bloco nº11. As negociações entre a empresa ERHC e a ANP-STP relativa ao bloco nº4 já iniciaram e encontram-se numa fase avançada, e espera-se que até fim do ano essas duas entidades cheguem a um acordo (JORNAL DIGITAL, 2012).

O modelo CPP foi instituído segundo a Lei Quadro das Operações Petrolíferas. O modelo estabeleceu que o período contratual fosse de 28 anos a partir da data de entrada em vigor, com um período de Pesquisa e Avaliação de oito anos dividida em três fases:

- ✓ Fase I: duração de quatro anos a partir da data de entrada em vigor;
- ✓ Fase II: duração de dois anos após a conclusão da fase I;
- ✓ Fase III: duração de dois anos após a conclusão da fase II.

A Lei Quadro das Operações Petrolíferas-Lei nº16/2009, é a lei que define as regras de acesso, execução e realização de Operações Petrolíferas a todo território de São Tomé e Príncipe. Sendo assim, as competências e as funções da ANP-STP está sob o amparo desta lei conforme o nº1 do artigo nº5. A lei também prevê a participação do Estado através da criação da empresa de Petróleo e Gás de São Tomé (PETROGÁS), uma Empresa Estatal, ou qualquer outra entidade designada pelo Governo, conforme art.23<sup>a</sup> no caput desta lei. Sendo assim, a PETROGÁS é empresa estatal com a incumbência de negociar e celebrar os contratos petrolíferos em prol do Estado, além de poder explorar e produzir petróleo.

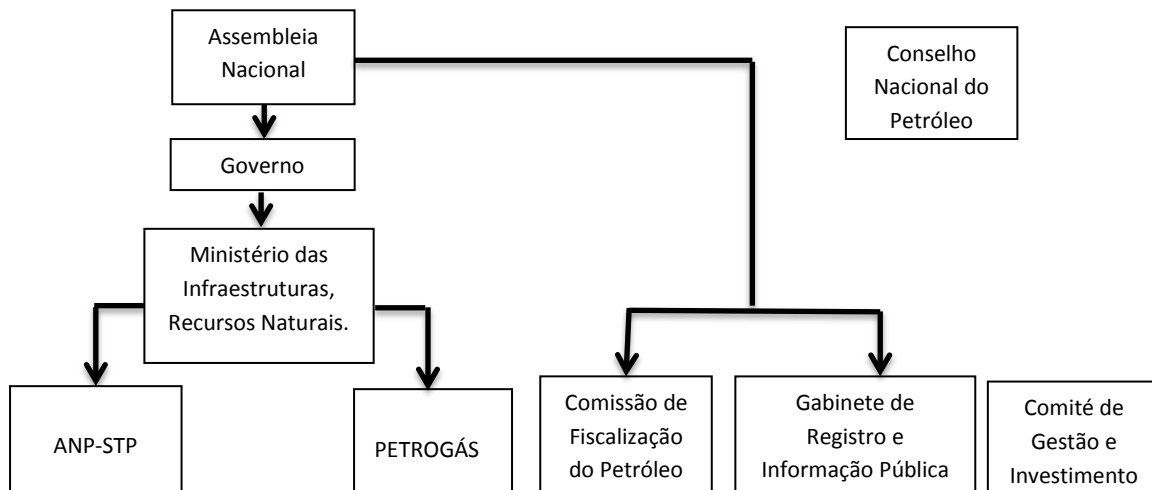
Portanto, as empresas Oranto Petroleum e a Equator Exploration encontram-se atualmente na fase I de Pesquisa e Avaliação. Por sua vez, a ANP-STP para fiel cumprimento

do seu estatuto na ZEE é regido salvaguardando um quadro de legislação petrolífera. Esse quadro é formado por:

- ✓ Lei nº1/1998- Lei de Delimitação do Mar Territorial e a ZEE;
- ✓ Lei nº10/1999 - Lei Base do Ambiente;
- ✓ Lei nº37/1999 – Lei da Avaliação do Impacto Ambiental;
- ✓ Lei nº8/2004 – Lei Quadro das Receitas Petrolíferas;
- ✓ Lei nº 13/2007 – Lei Base de Segurança Marítima e de Prevenção contra a Poluição do Mar;
- ✓ Lei nº11/2008 – Lei Modelo de Contrato de Partilha e Produção;
- ✓ Lei nº15/2009 – Lei de Tributação do Petróleo;
- ✓ Lei nº16/2009 – Lei Quadro das Operações Petrolíferas;
- ✓ Lei nº57/2009 – Lei de Organização da ZEE de São Tomé e Príncipe em Zonas de Exploração e Blocos Petrolíferos;
- ✓ Decreto-Lei nº 3/2004 – Conselho Nacional do Petróleo.

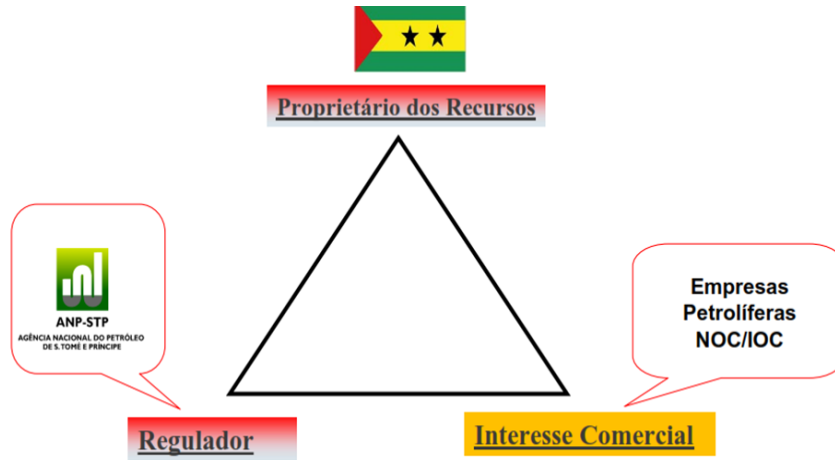
Por seu turno, as instituições e organizações do setor petrolífero são formadas de acordo como apresentam as figuras a seguir.

Figura 4: Instituições do Setor Petrolífero



Fonte: Maria Rita Fawole, 2010.

Figura 5: Organização do Setor Petrolífero



Fonte: Maria Rita Fawole, 2010.

Sendo assim, é sob esse quadro de legislação, instituições e organizações do setor petrolífero que constituem todo o amparo na ZEE. Por sua vez, a ZDC que não é da competência da ANP-STP, e sim, da Autoridade Conjunta, no entanto, a ANP-STP pretende sim ter alguma intervenção nesse sentido. A ANP-STP submeteu um Projeto de Política Setorial para aprovação do Governo em que contempla a intervenção (gestão) e os seguimentos das atividades da Autoridade Conjunta na ZDC (PRAZERES, 2005).

Como podemos ver na figura 4 e 5, os recursos petrolíferos pertencem a todo cidadão santomense. Por sua vez, o Governo estabelece políticas nacionais como gestão, fiscalização e inspeção dos destes recursos que será exercida e atribuída sob a incumbência da ANP-STP. Quanto à gestão das receitas proveniente do petróleo é regulado segundo a Lei Quadro da Receita Petrolífera-Lei nº8/2004, e é fiscalizado por Comissão de Fiscalização do Petróleo. Além disso, o Gabinete de Registro e Informação Pública (GRIP) é responsável por guardar e manter a disposição do público sem qualquer restrição todos os contratos e documentos inerentes aos recursos ligados às atividades petrolíferas, assim como a sua receita. O Comité de Gestão e Investimento (CGI) atua sob a tutela do Ministro do Planeamento e Finanças. O Comité tem como objetivo de gerir e fazer investimentos provenientes com as receitas do petróleo.



Portanto com as criações do quadro legislativo, os princípios organizacionais e as instituições inerentes às atividades petrolíferas na ZEE, Governo de STP tem assegurando em “tese” que está criando todas as condições que leve a exploração e produção de petróleo de maneira mais adequada possível.

## CONCLUSÃO

Embora a produção de petróleo ainda não seja uma realidade em STP, sem dúvidas os principais desafios serão o melhor aproveitamento deste recurso para melhorar a economia do país e a qualidade de vida da população. Por conseguinte, São Tomé e Príncipe poderá aproveitar a sua condição de futuro produtor de petróleo para praticar políticas que visam a melhorar a sua cooperação com os países vizinhos ou da região e com a comunidade internacional, criando desta forma mais benefícios para seu povo.

O fato de poder vir a ter uma cadeia de valor do petróleo nas duas ilhas, que na verdade vai além do “simples” ciclo de exploração e produção, visto que deverá gerar potenciais oportunidades de empregos em diversos setores da economia santomense através de empresas nacionais já existentes ou das possíveis criações, e contribuindo desta forma para sua dinamização, porém, cabendo a Autoridade o papel de priorizar tais potenciais setores da economia, além de criar políticas que protegem as empresas nacionais. É importante também não deixar de referir que o fornecimento de produtos, bens e serviços à atividade petrolífera seja priorizado as empresas nacionais. Logo, a Autoridade deverá também definir e priorizar as possíveis atividades que terão a participação efetiva de *Local Content* na cadeia de valor de petróleo, considerando essa exigência como um dos fatores importantes durante a avaliação no processo de adjudicação das empresas petrolíferas que concorressem aos leilões de bloco de petróleo. A lógica subjacente disto é que haja uma incorporação de bens e serviços nacionais, trazendo assim mais benefícios à economia santomense, mas nada disso será garantido se não houver uma política de boa gestão da Administração Pública.

“A prática de Boa Governança refletir-se-á na capacidade da sociedade em capitalizar os benefícios da atividade petrolífera, constituindo um importante fator crítico de sucesso. A transparência de processos e a modernização da Administração Pública serão, pois fatores chave para o reforço da competitividade das empresas.”(GOVERNO DE STP; MUNDI SERVIÇOS, 2007, pag.23):

É também evidente que STP precisa modernizar a sua infra-estrutura para que o país atenda as necessidades que transcendam o “mero” ciclo de exploração-produção e também para que possam atrair IDE's, pois a atual inexistência da mesma tem se constituído o principal entrave para toda a atividade empresarial. As outras medidas igualmente relevantes que Autoridade precisará tomar é a capacitação dos recursos humanos, pois esses recursos que

deverão atuar nas empresas nacionais e nas operações de petróleo, fruto da integração da cadeia de valor do petróleo, e por último, deve resguardar o Princípio da Higiene, Segurança e a Proteção do Ambiente (HSE). Este último é um princípio que é exigido e considerado de prioridade pela comunidade internacional, e as empresas petrolíferas já se aperceberam disso e assumem esse princípio como fator determinante nas concorrências aos leilões de blocos de petróleo (RDSTP,2008).

Deste modo, as práticas das empresas petrolíferas que atendem o HSE contribuirão para reduzir os riscos de acidentes que ameaçariam a vida da humana e o meio ambiente. STP é dotado por uma rica flora e fauna não poderá colocar em perigo essa variedade de ecossistema.

Portanto, essas são as recomendações que a Autoridade deverá trilhar de tal maneira que possa criar as condições para construir um STP melhor para todos os santomenses a partir de uma gestão eficiente e eficaz de recursos de petróleo, e tornar modelo exemplar a seguir por outras nações similares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO DE BRASIL. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/anuario-anp-2011.pdf>> Acesso em: 18/11/2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO DE STP. **Política Setorial para o Petróleo e Gás em São Tomé e Príncipe**. São Tomé, 2006.

\_\_\_\_\_. **Assinatura de Partilha de Produção**. São Tomé, 2011. Disponível em <<http://www.anp-stp.gov.st/pt/wp-content/uploads/2009/11/Comunicado-Oranto.pdf>> Acesso em 18/11/2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO DE STP; MINISTÉRIO DE RECURSOS NATURAIS, ENERGIA E MEIO AMBIENTE. **São Tomé and Príncipe 1st (EEZ) Licensing Round.Guidelines for Investors**. São Tomé, 2010. Disponível em: <[http://www.stp-eez.com/DownLoads/LR\\_Docs\\_Eng/LicAppGuide\\_01Mar10\\_English.pdf](http://www.stp-eez.com/DownLoads/LR_Docs_Eng/LicAppGuide_01Mar10_English.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

AROURI, M.E.H.; RAULT, C. **On the influence of Oil Prices on Stock Markets: Evidence from Panel Analysis in GCC Countries**. France, Junho/2009. Disponível em: <[http://www.cesifo-group.de/portal/page/portal/DocBase\\_Content/WP/WP-CESifo\\_Working\\_Papers/wp-cesifo-2009/wp-cesifo-2009-06/cesifo1\\_wp2690.pdf](http://www.cesifo-group.de/portal/page/portal/DocBase_Content/WP/WP-CESifo_Working_Papers/wp-cesifo-2009/wp-cesifo-2009-06/cesifo1_wp2690.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

BANCO DE PORTUGAL. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2004/2005**. Lisboa, 2005. Disponível em:<[http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/85\\_EEPTL\\_2005.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/85_EEPTL_2005.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2005/2006**. Lisboa, 2006. Disponível em: <[http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/84\\_EEPTL\\_2006.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/84_EEPTL_2006.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2006/2007**. Lisboa, 2007. Disponível em: <[http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/83\\_EEPTL\\_2007.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/83_EEPTL_2007.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2008/2009**. Lisboa, 2009. Disponível em: <[http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2009.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2009.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2009/2010**. Lisboa, 2010. Disponível em: [http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2010.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2010.pdf) Acesso em: 18/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2010/2011.** Lisboa, 2011. Disponível em: <[http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2011.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2011.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2011/2012.** Lisboa, 2012. Disponível em: <[http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2012.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2012.pdf)> Acesso em: 18/11/2013.

BANCO MUNDIAL. **Sao Tome and Príncipe.** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/saotome>> Acesso em: 18/11/2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES *et al.* **Dados Básicos e Principais Indicadores Econômicos-Comerciais São Tomé e Príncipe.** Brasília, Outubro de 2012.

FAWOLE, M.R. **Quadro Jurídico Legal da ZEE.** In: CONFERÊNCIA E EXPOSIÇÃO SOBRE PETRÓLEO, GÁS, MINAS E FINANÇAS DE ÁFRICA ‘DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS NATURAIS: CRIAÇÃO DE VALORES E RETENÇÃO, 14, São Tomé, 14, Nov/2010.

FLOR, A.J. **Análise de Risco Financeiro em Projetos do Setor de Petróleo e Gás.** In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9, Rio de Janeiro, Out/2012.

FRANCO, C.O. **Petróleo e Geopolítica na África Subsaariana: O Caso Nigeriano.** Revista Geográfica de América Central. Costa Rica, No. Especial EGAL, 2º Semestre/2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório do FMI No. 12/34.** Washington, 2012a.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório do FMI No. 12/216.** Washington, 2012b.

JORNAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Recandidatura de São Tomé e Príncipe aceite na ITE.** São Tomé, 2013. Disponível em: <<http://jornaldigital.com/noticias.php?noticia=33210>> Acesso em: 18/11/2013.

MENEZES, A. DE. **Cenários Prospectivos do Impacto Sócio-Económico do Ciclo do Petróleo em São Tomé e Príncipe.** Aveiro, Maio de 2005.

NNANNA, J. O. **The effects of Oil Exploration in the Niger Delta Area of Nigeria: A Theological Critique (Based on Principles of Catholic Social Teaching).** Tese (Doutorado em Teologia) Faculdade de Teologia/University of St. Michael's College, Toronto, 2006, 121 p.

PRAZERES, L. **Indústria Petrolífera em S.Tomé e Príncipe: Situação Atual, 2005.** São Tomé, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; et al. **Natinal Discussion on Oil Revenue Management in São Tome and Principe (STP), and Regional Coordination Meeting of Civil Scoiety form Portuguese-speaking Countries in Africa.** São Tomé, Outubro de 2007.

RAMOS, E; FERREIRA, E. **GEOLOGIA SEDIMENTAR E POTENCIAL PETROLÍFERODO OFF-SHORE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE,** Lisboa , 2008.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, GOVERNO; SERVIÇOS M. **Serviços de Consultoria para a Promoção da Participação de Empresas de São Tomé e Príncipe nas Atividades relacionadas com a Indústria Petrolífera.** [ S.l: s.n], Abril de 2007.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, R.D. **Estratégia do Sector Petrolífero na RDSTP.** São Tomé, 2008. Disponível em: <<http://www.anp-stp.gov.st/pt/wp-content/uploads/2009/11/Estrategia-do-Sector-Petrolifero-em-STP.pdf>> , acessado em 18/11/2013.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, R.D. **Relatório Nacional de Avaliação da Estratégia de Implementação das Maurícias.** São Tomé, 2009.

SERRANO, A.C. **Petróleo y Estado Postcolonial: Transformaciones de laEconomía Política enGuineaEcuatorial, 1995-2010.** Madrid: Germania, 2011.

SOUZA, F.R. **Impacto do Preço do Petróleo na Política Energética Mundial.** Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. 160 p. cap. 3.

TRADING ECONOMICS. **São Tomé And Principe GDP PER CAPITA.** Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/sao-tome-and-principe/gdp-per-capita>> Acesso em: 18/11/2013.

VERA CRUZ, J.M. **Petróleo e Gás em São Tomé e Príncipe.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geologia) Faculdade de Geologia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

WALTER, L.F.D.C. **Angola: O Papel e Contributo do Setor dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Sócio-Econômico do País. Desafios e Expectativas (1975-2005).** Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) ISCTE/Universidade Lusófona, Lisboa, 2007.

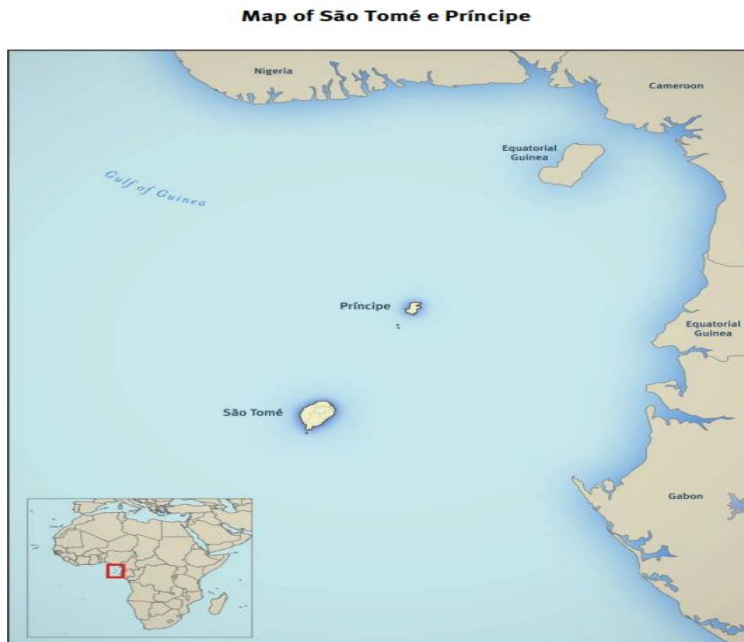
## APÊNDICE .

Quadro: Produção e demanda de petróleo de acordo com regiões geográficas.

Anos	América do Norte		Américas Central e do Sul		Europa e ex-União Soviética		Oriente Médio		África		Ásia-Pacífico	
	Demanda Total	Oferta Total	Demanda Total	Oferta Total	Demanda Total	Oferta Total	Demanda Total	Oferta Total	Demanda Total	Oferta Total	Demanda Total	Oferta Total
2002	23.676	14.077	4.930	6.619	19.571	16.247	5.467	21.710	2.500	8.028	21.983	7.811
2003	24.057	14.198	4.778	6.314	19.776	16.927	5.707	23.236	2.629	8.436	22.738	7.748
2004	24.945	14.143	4.966	6.590	19.935	17.525	6.100	24.895	2.747	9.377	24.053	7.829
2005	25.061	13.702	5.111	6.963	20.095	17.476	6.365	25.392	2.864	9.954	24.429	7.904
2006	24.953	13.739	5.233	6.997	20.342	17.531	6.615	25.608	2.855	9.966	24.875	7.848
2007	25.070	13.631	5.582	6.982	19.984	17.753	6.895	25.219	3.006	10.263	25.783	7.881
2008	23.841	13.122	5.786	7.104	20.002	17.537	7.270	26.320	3.150	10.284	25.720	7.969
2009	22.945	13.471	5.763	7.229	19.123	17.703	7.510	24.633	3.243	9.792	26.047	7.903
2010	23.491	13.880	6.079	7.293	19.039	17.629	7.890	25.314	3.377	10.114	27.563	8.251
2011	23.156	14.301	6.241	7.381	18.924	17.314	8.076	27.690	3.336	8.804	28.301	8.086

Fonte: ANP-BRASIL. Elaboração Própria.

## ANEXO A: MAPA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



*Fonte:* John Emerson/Human Rights Watch, 2010.

## ANEXO B- ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS

As ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas no século XV (1470-1471) pelos navegadores portugueses, numa altura em que as ilhas ainda eram despovoadas. A partir de 1485 os portugueses iniciaram então o processo de colonização das duas ilhas trazendo cristão-novos que tinham sido expulsos pela inquisição e a comercializar escravos africanos para as plantações de açúcar. O solo das ilhas era propício à agricultura e, portanto os portugueses aproveitaram para introduzir plantações da cana-de-açúcar no século XV. As ilhas tornariam o principal produtor africano da cana-de-açúcar no séc. XVI, entretanto vieram os períodos de instabilidades, resultado das revoltas dos escravos pela liberdade e a concorrência brasileira na produção de cana-de-açúcar fizeram declinar a produção da mesma, além dos ataques de estrangeiros, principalmente holandeses (1512-1517), que ocuparam as ilhas por um período de quase 100 anos, (VERA CRUZ, 2011)



Depois agricultura voltou a ser estimulada no século XIX com a introdução do ciclo do cacau e café. A escravatura foi abolida em 1876, mas ao longo do século XIX os portugueses mantiveram os trabalhadores rurais são tomenses em degradantes condições de trabalho. A introdução do ciclo do cacau criou-se estruturas administrativas complexas compostas de vários serviços públicos, tendo a sua frente um chefe de serviço, sendo que suas decisões deveriam ser sancionadas pelo Governador da Colônia. O chefe de serviço auxiliava-se de um Conselho de Governo e de uma Assembleia Legislativa. Durante a época o país tornou-se num dos grandes produtores mundiais de cacau, (CASTRO, 2010).

O país mantém relações de cooperação bilateral com vários outros países, incluindo Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, Portugal, França, Gabão, Espanha, Alemanha, Suécia, Bélgica, Itália, China, Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Israel, Estados Unidos, Cuba, África do Sul, Costa do Marfim, Marrocos, Canadá, Nigéria, Singapura, entre outros, mas somente com oito países a cooperação foi mais ativa Taiwan. As relações diplomáticas com o Brasil teve início com a visita do Presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva em 2003, o que permitiu a abertura da embaixada brasileira, além da análise de projetos nos domínios da cultura, educação, justiça, esportes, saúde e petróleo, (ESPÍNDOLAapud OLIVEIRA, 2009, p.16).